



IV - FUNDAMENTOS DA GREVE

PRÉ-AVISO DE GREVE

Nos termos do artº 58 da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo do artº 530º e seguintes, designadamente, em cumprimento do disposto no artigo 534º do Código do Trabalho, publicado pela Lei 7/2009 e, ainda, do artº 392º e seguintes e para os efeitos do previsto no artigo 396º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, publicado pela Lei 59/2008 de 11 de Setembro, o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários declara uma **Greve Nacional dos Médicos Veterinários** de todos os sectores de actividade da Administração Pública ou Privada para o próximo dia 24 de Novembro de 2010, sob a forma de paralização total e com ausência dos Médicos Veterinários dos seu lugares de exercício profissional designadamente:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- Todos os serviços dependentes do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas aos níveis da Administração Central e Regional.
- Todos os serviços da Administração Local, Autoridades Sanitárias Veterinária Concelhias, Veterinários dos Municípios de Lisboa e Porto e demais veterinários integrados nas carreiras técnicas de todos os municípios do País.
- Todos os Médicos Veterinários das carreiras docentes do ensino universitário e superior e das carreiras de investigação do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

II - EXCEPÇÕES

- Os Médicos Veterinários da Administração Pública participantes em concursos, quer como concorrentes, quer como júris, previamente marcados pelos meios legais.

III - CALENDÁRIO DE GREVE

- A greve terá a duração de 24 horas, entre as 00.00H e as 24.00H de 24-11-2010.

IV – FUNDAMENTOS DA GREVE

- Contra as políticas governamentais de **destruição** por estrangulamento financeiro, do **desenvolvimento da agricultura**, nomeadamente na sua vertente agro-pecuária e ambiental e das indústrias a montante e a jusante daquela, reconhecendo tal desígnio como um dos fundamentos de perda da soberania alimentar nacional.

. Contra o retrocesso organizacional que constitui a recém conquistada verticalização dos Serviços Veterinários do País liquidando na prática as funções de Autoridade Sanitária Veterinária Nacional da Direcção Geral de Veterinária, com perda de eficácia dos ditos Serviços e com acréscimo de custo para o Erário Público.

- Pela dignificação do Serviço Público de Defesa da Saúde dos Consumidores, nomeadamente por via da institucionalização, de facto, de um Corpo Nacional de Inspeção Higié Sanitária Veterinária e de Controlo de Fronteiras, por nomeação em Comissão de Serviço, profissionalizado integrado em CARREIRA, dotado de meios humanos e materiais, bastantes e com adequado apoio laboratorial.
- Contra os Contratos de Trabalho em Funções Públicas e pela constituição de relações jurídicas de emprego público sem termo, de todos os Médicos Veterinários da Administração Central, Regional e Local.
- Pela instituição de uma carreira específica dos Médicos Veterinários da Administração Pública de acordo com as prerrogativas de uma Profissão oficialmente regulamentada.
- Pela verdadeira e resoluta descentralização de competências, de Saúde Pública Veterinária, nas Autarquias Locais, aplicando o princípio da subsidiariedade, por via da criação e adequado financiamento de estruturas veterinárias dimensionadas à escala das necessidades e vocação dos municípios e pela regulamentação da figura, já legalmente consignada, da Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia.
- Pelo desenvolvimento sustentado da Investigação Científica e Tecnológica Veterinária centrada no adequado financiamento do LNIV e demais Instituições de Ensino Superior Veterinário.

- Contra as injustas medidas de austeridade contidas no projecto de Orçamento do Estado já aprovado na generalidade pelos partidos do "Bloco Central" que atentam contra as modernas doutrinas de Desenvolvimento Económico e Humanístico, nomeadamente da Organização Mundial do Trabalho, medidas aquelas que postulam o retrocesso às formas de exploração dos Países do chamado Terceiro Mundo.
- Pela revogação do famigerado Quadro de Mobilidade Especial nos moldes em que foi aprovado.
- Por uma avaliação de desempenho séria, o que se pressupõe revogação das irracionais quotas percentuais.
- Contra a redução salarial dos funcionários públicos no activo e o congelamento das já magros proventos dos aposentados.
- Pelo escrupuloso cumprimento dos preceitos constitucionais e legais no que às prerrogativas das Organizações Sindicais diz respeito, nomeadamente a negociação colectiva, como em qualquer estado de Direito Democrático acontece.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A DIRECÇÃO

Lisboa, 8 de Novembro de 2010.

III - CALENDÁRIO DE GREVE

- A greve terá a duração de 24 horas, sendo de 00:00h a 24:00h de 24-11-2010.